



ENERGÉTICA FAZENDA VELHA S.A.

CNPJ: 11.792.420/0001-74

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2022Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021,
e 01 de janeiro de 2021 (Em milhares de reais)

		31/12/2021	01/01/2021	
		Reapre-	Reapre-	
		sentado	sentado	
Ativo / Ativo circulante	Notas	31/12/2022		
Caixa e equivalentes de caixa	4	627	2.743	1.374
Contas a receber	5	2.288	1.896	1.508
Tributos compensáveis		3	–	–
Despesas pagas antecipadamente		96	101	57
Repactuação do risco hidrológico	6	210	210	210
Outros ativos		–	10	10
Total do ativo circulante		3.424	4.960	3.159
Ativo não circulante				
Títulos e valores mobiliários	4	1.813	1.792	1.880
Repactuação do risco hidrológico	6	5.043	5.253	5.463
Imobilizado	7	72.357	74.370	76.357
Intangível	8	1.226	1.262	195
Total do ativo não circulante		80.439	82.677	83.895
Total do ativo		83.863	87.637	87.054
Passivo / Passivo circulante				
Fornecedores	9	156	2.076	2.000
Empréstimos e financiamentos	10	3.110	3.089	3.089
Obrigações sociais e trabalhistas	11	73	39	56
Obrigações tributárias	11	176	249	254
Encargos setoriais	11	5	4	4
Outros passivos	11	–	14	–
Total do passivo circulante		3.520	5.471	5.403
Passivo não circulante				
Fornecedores	9	–	–	1.734
Empréstimos e financiamentos	10	44.003	46.779	49.863
Provisão para litígios	12	–	26	26
Tributos diferidos	13	224	124	95
Total do passivo não circulante		44.227	46.929	51.718
Patrimônio Líquido	14			
Capital social		34.790	34.790	34.790
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	–	–
Reserva legal		97	–	–
Reservas de lucros		1.229	447	–
Prejuízos acumulados		–	–	(4.315)
Total do patrimônio líquido		36.116	35.237	29.933
Total do passivo e do patrimônio líquido		83.863	87.637	87.054

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de
dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais: 1.1 Informação da Companhia: A Energética Fazenda Velha S.A. ("Companhia") foi constituída em 07 de abril de 2010, com sede no SAAN Quadra 02, Lote 1.370, 2º Andar, Parte L, Asa Norte, Brasília - DF, CEP 70632-200 disponível como objetivo específico promover todos os atos e ações necessários para garantir a

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2022
e 2021 (Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

		31/12/2021	31/12/2021	
		Notas	Reapresentado	
Receita operacional líquida	15	15.823	21.171	
Custos operacionais	16	(8.369)	(11.140)	
Lucro bruto		7.454	10.031	
Despesas operacionais	16	(456)	(302)	
Lucro operacional antes do resultado financeiro		6.998	9.729	
Outros resultados operacionais		22	(234)	
Resultado financeiro	17	(4.435)	(4.042)	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		2.585	5.453	
Imposto de renda e contribuição social	18	(656)	(691)	
Lucro líquido do exercício		1.929	4.762	
Lucro líquido por ações		0.055	0.139	

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro
de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

		31/12/2021	31/12/2021	
		Reapresentado	Reapresentado	
Lucro líquido do exercício		1.929	4.762	
Outros resultados abrangentes		–	–	
Resultado abrangente do exercício		1.929	4.762	

participação conjunta dos acionistas, na qualidade de produtora independente de energia elétrica. A aprovação do projeto junto a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, concebida em 19 de dezembro de 2011, garantiu à Companhia o direito a exploração de aproveitamentos hidrelétricos do Rio Ariranha no município de Jataí-GO, bem como, a comercialização da energia gerada na usina, com potência instalada de 16,5 MW. Esta aprovação previu que a energia elétrica produzida poderia ser comercializada ou utilizada pela Companhia. A construção da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Fazenda Velha iniciou-se em setembro de 2014. A Companhia obteve da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás, a Licença de Funcionamento em 29 de janeiro de 2016. Além disso, as três unidades geradoras da PCH já possuem autorização da ANEEL e estão em operação comercial, conforme Despachos ANEEL nº 1205, 1382 e 1691, publicados no Diário Oficial da União - DOU respectivamente em 11/05/2016, 26/05/2016 e 28/06/2016. A Companhia tem a obrigatoriedade de fornecer durante 30 anos 75,28% (6,7 MW), de sua Garantia Física (8,9 MW), para o mercado regulado, conforme Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, firmados após o Leilão ANEEL nº 10/2013, sendo que os 24,72% restantes (2,2 MW) poderão ser comercializados no mercado livre pela Companhia, operação esta que visa obtenção de excelentes resultados. Em 14 de setembro de 2021, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.932 da ANEEL, onde é estendida a outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, em atendimento a Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021. A Companhia teve sua outorga estendida por 853 dias conforme a Resolução. A Companhia detém junto à ANEEL a seguinte autorização com prazo de 3 anos:

		Vencimento da autorização	Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Utilizada (MW)
		11/10/2051	16.500	16.500
			16.500	16.500

5. Valor adicionado líquido produzido
pela entidade (3 - 4)

	10.980	(197)	10.783
--	--------	-------	--------

6. Valor adicionado recebido em transferência
Receitas financeiras

	82	–	82
--	----	---	----

7. Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)

	11.062	(197)	10.865
--	--------	-------	--------

8. Distribuição do Valor Adicionado

8.1. Pessoal	574	–	574
--------------	-----	---	-----

8.2. Impostos, taxas e contribuições	1.391	–	1.391
--------------------------------------	-------	---	-------

8.3. Remuneração de capitais de terceiros	4.125	13	4.138
---	-------	----	-------

8.4. Remuneração de capitais próprios	4.792	(210)	4.762
---------------------------------------	-------	-------	-------

Os efeitos na Demonstração dos Fluxos de Caixa método Indireto foram os seguintes:

	Originalmente apresentados	Ajustes	Valores Rea- presentados
31/12/2021	10.156	(210)	9.946
	5.663	(210)	5.453
Lucro do exercício antes dos impostos	4.104	–	4.104
Juros/atualização sobre empréstimos e financiamentos	2.154	–	2.154
Depreciações e amortizações	60	–	60
Baixas de itens imobilizados	(1.091)	–	(1.091)
Direito contratual de extensão de outorga	(662)	–	(662)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(72)	–	(72)
Receita com aplicações financeiras	–	–	–
Provisões para litígios	(432)	210	(222)
(Aumento)/(redução) nos ativos	(388)	–	(388)
Contas a receber de clientes	(44)	210	166
Despesas antecipadas	(1.666)	–	(1.666)
Aumento/(redução) nos passivos	(1.658)	–	(1.658)
Fornecedores	(22)	–	(22)
Obrigações trabalhistas e encargos	14	–	14
Outras contas a pagar	8.058	–	8.058

Fluxo de caixa das atividades
de investimentos

Aplicação financeira	160	–	160
----------------------	-----	---	-----

Aplicação em imobilizado	(203)	–	(203)
--------------------------	-------	---	-------

Fluxo de caixa das atividades
de financiamentos

Aumento/(redução) de capital social	550	–	550
-------------------------------------	-----	---	-----

Aumento/(redução) AFAC	(8)	–	(8)
------------------------	-----	---	-----

Pagamento de juros e amortização de empréstimos	(7.188)	–	(7.188)
---	---------	---	---------

Aumento (diminuição) do caixa
e equivalentes de caixa

	1.369	–	1.369
--	-------	---	-------

Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.374	–	1.374
--	-------	---	-------

Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.743	–	2.743
---	-------	---	-------

Aumento (diminuição) do caixa
e equivalentes de caixa

	1.369	–	1.369
--	-------	---	-------

2.4 Bases de mensuração: As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa o montante em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa é preciso ter convertibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

2.7 Contas a receber: Representam os valores faturados aos concessionários do serviço público de distribuição de energia elétrica, comercializadoras de energia elétrica e consumidores livres, de acordo com contratos realizados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no Ambiente de Contratação Regulado - ACR ou no Ambiente de Contratação Livre - ACL, assim como operações no Mercado de Curto Prazo - MCP realizadas na CCEE.

2.8 Provisão para crédito de liquidação duvidosa: Em conformidade aos critérios de constituição dispostos no MCSE, estabelecido pela Resolução Normativa ANEEL nº 605/2014, a Administração resguarda um montante, considerado satisfatório, objetivando a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Companhia.

2.9 Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os materiais em estoque são classificados no ativo circulante e os destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado, não sendo depreciados ou amortizados.

2.10 Imobilizado: Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Depreciação: O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - Vida Útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
---	--------------

Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
--------------------------------------	-------------

Reservatórios barragens e adutoras	50 anos
------------------------------------	---------

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

		Capital social	Adiantamentos para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reservas de lucro	Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020		34.240	–	–	–	(9.988)	24.260
Ajustes de exercícios anteriores		–	–	–	–	5.673	5.673
Saldos em 01 de janeiro 2021 - Reapresentado		34.240	–	–	–	(4.315)	29.933
Adiantamentos para futuro aumento de capital		–	542	–	–	–	542
Integralização de capital		550	(550)	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	4.762
Destinação do resultado: Reservas de lucro		–	–	–	447	(447)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021 - Reapresentado		34.790	–	–	447	–	35.237
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	1.929
Destinação do resultado: Reserva legal		–	–	97	–	–	(97)
Reservas de lucro		–	–	–	1.555	(1.555)	–
Dividendos distribuídos		–	–	–	(773)	(277)	(1.050)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		34.790	–	97	1.229	–	36.116

Demonstração do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro
de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

		31/12/2022	31/12/2021	
		Reapresentado	Reapresentado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais		6.260	9.946	
Lucro do exercício antes dos impostos		2.585	5.453	
Juros/atualização sobre empréstimos e financiamentos		2.279	4.104	
Depreciações e amortizações		2.150	2.154	
Baixas de itens imobilizados		8	60	
Direito contratual de extensão de outorga		–	(1.091)	
Imposto de renda e contribuição social correntes		(556)	(662)	
Receita com aplicações financeiras		(180)	(72)	
Provisões para litígios		(26)	–	
(Aumento)/(redução) nos ativos		(170)	(222)	
Contas a receber de clientes		(382)	(388)	
Impostos a recuperar		(3)	–	
Repactuação do risco hidrológico		210	210	
Despesas antecipadas		5	44	
Outros créditos		10	–	
Aumento/(redução) nos passivos		(1.972)	(1.666)	
Fornecedores		(1.920)	(1.658)	
Obrigações trabalhistas e encargos		(38)	(22)	
Outras contas a pagar		14	14	
		4.118	8.058	
		159	(43)	
		159	160	
		(109)	(203)	
		(6.084)	(6.869)	
		(1.050)	–	
		–	550	
		(5.034)	(7.188)	
		(2.116)	1.369	
		2.743	1.374	
		827	2.743	
		(1.916)	1.369	

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Aplicação financeira	159	160
----------------------	-----	-----

Aplicação em imobilizado	(109)	(203)
--------------------------	-------	-------

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

Proventos Intercares	(1.050)	–
----------------------	---------	---

Aumento de capital	–	550
--------------------	---	-----

Aumento/(redução) AFAC	–	(8)
------------------------	---	-----

Pagamento de juros e amortização de empréstimos	(5.034)	(7.188)
---	---------	---------

Aumento (diminuição) do caixa e
equivalentes de caixa

	(2.116)	1.369
--	---------	-------

Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.743	1.374
--	-------	-------

Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	827	2.743
---	-----	-------

Aumento (diminuição) do caixa
e equivalentes de caixa

	(1.916)	1.369
--	---------	-------

2.11 Intangível: Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 16, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. 2.12 Empréstimos e Financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na Demonstração do Resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. São atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do final do exercício, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente. A Companhia não possui operações em moeda estrangeira. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data-base do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. 2.13 Receita operacional: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando a energia é gerada e os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e é provável que benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. Para as contraprestações variáveis, uma receita somente é reconhecida na medida em que for considerado altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer. 2.14 Imposto de renda e contribuição social: São calculados e provisionados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, de imposto de renda e contribuição social. O regime fiscal adotado pela Companhia foi o lucro presumido. Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando não há direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.15 Instrumentos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à Demonstração do Resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na Demonstração do Resultado em "Outros Ganhos (Perdas) Líquidos" no período em que ocorrem. Em 31 de dezembro de 2022, os principais instrumentos financeiros foram:

Numerário disponível - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;

Contas a receber - decorrem diretamente das operações da Companhia, mantidos até o vencimento, e está registrada pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;

Empréstimos e financiamentos - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

2.16

continuação

S.A. no Ambiente de Contratação Livre (ACL).² Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) na modalidade quantidade de energia elétrica, firmados com distribuidoras de energia elétrica no 18º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e realizado em 13 de dezembro de 2013, conforme o Edital de Leilão nº 10/2013-ANEEL.³ Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas Outorgadas que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, são normalmente determinados pela CCEE. Como até a data de encerramento das Demonstrações Financeiras Intermediárias a CCEE ainda não havia disponibilizado as informações necessárias referentes ao período de 01/12/2022 a 31/12/2022, os referidos montantes foram estimados pela Outorgada, com base em seus controles mantidos para essas operações. Conforme requerido pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não foi constituída PECLD sobre o saldo receber em 31 de dezembro de 2022, por não identificarmos eventuais premissas para constituição.

	31/12/2021	
6. Repactuação do risco hidrológico	31/12/2022	Reapresentado
Ativo circulante	210	210
Ativo não circulante	5.043	5.253
	5.253	5.463

Despesa Antecipada (Prêmio de Risco - GSF) Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no ACR, o saldo do Ativo circulante e Não circulante referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF no total de R\$ 6.302 mil no exercício de 2018, das competências de junho de 2016 a novembro de 2017, sendo este valor constituível linearmente ao longo do tempo. **7. Imobilizado:** A composição do saldo no Imobilizado é demonstrada da seguir:

		Taxas médias anuais de depreciação	Valor original contábil	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2022	Líquido 31/12/2021
Geração						
Usina - Imobilizado em serviço						
Terenos	-	656	-	-	656	656
Reservatórios, barragens e adutoras	2,34%	26.613	(4.047)	22.566	23.188	
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,22%	10.810	(1.560)	9.250	9.490	
Máquinas e equipamentos	3,10%	33.787	(6.518)	27.269	28.315	
Veículos	14,29%	184	(22)	162	69	
Móveis e utensílios	6,25%	9	(3)	6	6	
		72.059	(12.150)	59.909	61.724	

Usina - Imobilizado em curso						
Reservatórios, barragens e adutoras		487	-	487	487	
Máquinas e equipamentos		873	-	873	870	
A reatear		1.467	-	1.467	1.467	
Material em depósito		43	-	43	43	
Adiantamento a fornecedores		674	-	674	674	
Depósitos judiciais		3.092	-	3.092	3.092	
Outros		105	-	105	105	
		6.741	-	6.741	6.738	

Sistema de transmissão de conexão - Imobilizado em serviço						
Máquinas e equipamentos	2,86%	7.011	(1.305)	5.706	5.907	
		7.011	(1.305)	5.706	5.907	

Administração Central						
Administração Central - Imobilizado em serviço						
Móveis e utensílios	16,67%	4	(3)	1	1	
		85.815	(13.458)	72.357	74.370	

A movimentação do Imobilizado é demonstrada da seguir:

		Líquido 31/12/2021	Aquisições 31/12/2022	Saldo Baixa 31/12/2022	Depreciação 31/12/2022	Unidade 31/12/2022	Líquido 31/12/2022
Geração							
Usina - Imobilizado em serviço							
Terenos	656	-	-	-	-	-	656
Reservatórios, barragens e adutoras	23.188	-	-	(622)	-	-	22.566
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.490	-	-	(240)	-	-	9.250
Máquinas e equipamentos	28.315	-	-	(1.045)	-	-	27.270
Veículos	69	-	(8)	(5)	106	162	
Móveis e utensílios	6	-	-	(1)	-	5	
	61.724	-	(8)	(1.913)	106	59.909	

Usina - Imobilizado em curso							
Reservatórios, barragens e adutoras	487	-	-	-	-	-	487
Máquinas e equipamentos	870	3	-	-	-	-	873
Veículos	-	106	-	-	-	(106)	-
A reatear	1.467	-	-	-	-	-	1.467
Material em depósito	43	-	-	-	-	-	43
Adiantamento a fornecedores	674	-	-	-	-	-	674
Depósitos judiciais	3.092	-	-	-	-	-	3.092
Outros	105	-	-	-	-	-	105
	6.738	109	-	-	-	(106)	6.741

Sistema de transmissão de conexão - Imobilizado em serviço							
Máquinas e equipamentos	-	5.907	-	-	(201)	-	5.706
	-	5.907	-	-	(201)	-	5.706

Administração Central							
Administração Central - Imobilizado em serviço							
Móveis e utensílios	-	1	-	-	-	-	1
	-	1	-	-	-	-	1
	74.370	109	(8)	(2.114)	-	-	72.357

Valor recuperável de ativos: Anualmente, a PCH revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofrerem alguma perda por redução ao valor recuperável. A Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível. **Imobilizado em curso:** O imobilizado em curso refere-se, principalmente, ao canteiro de obras e as estruturas de usinas e redes de transmissão utilizadas na geração e distribuição da energia elétrica. A rubrica "A reatear" destina-se ao reconhecimento dos custos incorridos em benefício da obra que não sejam passíveis de alocação direta ao respectivo bem ou direito pelo sistema de Ordem de Imobilização (ODI). A Administração reconhece que a alocação dos custos foi realizada na utilização da usina, sendo rateados proporcionalmente aos custos diretos atribuídos a cada ativo, salvas as particularidades e naturezas dos custos a reatear. Atualmente, há uma proposta para reabertura da utilização ocorrida em agosto de 2016 para regularizar parte dos valores que foram originários de custos adicionais não previstos para finalização da obra, ainda pendentes de utilização. Esta regularização depende de anuência prévia da ANEEL, e, acarretará custos retroativos com depreciação, desde agosto de 2016 até a efetiva transferência para o Imobilizado em serviço. **Depósitos judiciais:** Corresponde aos depósitos judiciais referentes aos processos de desapropriação de Declaração de Utilidade Pública - DUP, ocorrido em setembro de 2015. A Companhia é requerente nesse processo e os requeridos são os atuais proprietários das áreas destinadas ao canteiro de obras, à formação do reservatório e área de preservação permanente. No instrumento judicial, a Companhia evidencia que a ANEEL declarou a terra como sendo de Utilidade Pública para fins de desapropriação, conforme Art.15 do Decreto-Lei nº 3.365/1941. Considerando a avaliação técnica dos imóveis, a Companhia procedeu no depósito judicial dessa quantia para garantir seu direito. **Bens vinculados à autorização:** De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa ANEEL nº 691/2015, regulamenta a desvinculação de bens das autorizações do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à autorização, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na autorização. **8. Intangível:** O saldo do intangível é composto por direitos de servidão de passagem, do qual sua vida útil é indefinida, softwares, de vida útil definida e cuja amortização é de 20% ao ano, que teve sua recuperação analisada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos⁴ e outros. A composição dos saldos no Intangível é demonstrada da seguir:

		Taxas médias anuais de amortização	Valor original contábil	Amortização acumulada	Líquido 31/12/2022	Líquido 31/12/2021
Geração						
Usina - Intangível em serviço						
Servidões	-	183	-	-	183	183
Outros	-	1.091	(48)	-	1.043	1.079
		1.274	(48)	-	1.226	1.262

Administração Central						
Intangível em serviço						
Softwares	20%	62	(62)	-	-	-
		62	(62)	-	-	-
		1.236	(110)	-	1.226	1.262

A movimentação do Intangível é demonstrada da seguir:

		Líquido 31/12/2021	Amortizações 31/12/2022	Líquido 31/12/2022
Geração				
Usina - Intangível em serviço				
Servidões	183	-	-	183
Outros	1.079	(36)	-	1.043
	1.262	(36)	-	1.226
	1.262	(36)	-	1.226

Intangível em serviço - Direito contratual de extensão de outorga: Em 09 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, estabelecendo novas condições para repactuação

do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE entre 2012 e 2017, com o agravamento da crise hídrica. A Lei teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: i. empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, ii. às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e iii. por geração fora da ordem de mérito e importação. Compensação essa que ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração. Em 01 de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa ANEEL nº 895 que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: i. desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, ii. renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionados ao MRE, iii. não ter repactuado o risco hidrológico. Em 02 de março de 2021, a CCEE encaminhou à ANEEL os cálculos de extensão das concessões do Ambiente de Comercialização Livre - ACL que optaram por aderir às condições propostas pela Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020. Em 14 de setembro de 2021, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.932 da ANEEL, onde é estendida a outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, em atendimento a Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021. A Companhia teve sua outorga estendida por 853 dias conforme a Resolução, e de acordo com o relatório da CCEE, teve um impacto financeiro de R\$1.091. Esse impacto consiste no reconhecimento de um ativo intangível na rubrica outros, relacionado a um direito de outorga, com base no valor justo e sendo amortizado com taxa fixa até o final da concessão. **Bens vinculados à autorização:** Os bens vinculados a autorização do Ativo Intangível seguem os mesmos parâmetros dos bens vinculados a autorização do Ativo Imobilizado, conforme descrito na Nota Explicativa nº 6, no item Bens Vinculados à Autorização. O qual consta que os bens e instalações utilizados na geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. **9. Fornecedores:** O saldo de Fornecedores é relativo aos encargos de conexão à rede de distribuição, ao fornecimento de serviços, produtos e equipamentos utilizados na manutenção, operação e construção da PCH, e, à compra de energia elétrica. A composição do saldo em Fornecedores é demonstrada da seguir:

Circulante	31/12/2022	31/12/2021
Encargos de uso da rede elétrica	-	44
Materiais e serviços	60	74
Compra de energia elétrica - MCP	65	-
Provisão de compra de energia elétrica - CCEAL	-	65
Provisão de compra de energia elétrica ¹	31	39
Outros ²	-	1.854
	156	2.076

¹ Vide Observação 3 da Nota Explicativa nº 5 - Contas a Receber. ² O montante refere-se a adiantamento da Beta Comercializadora de Energia S.A. decorrente de um Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Livre - CCEAL antecipado, com fornecimento de energia de 01/07/2019 até 31/08/2022 faturados mensalmente. **10. Empréstimos e financiamentos:** A composição do saldo em Empréstimos e financiamentos é demonstrada da seguir:

				Encargos financeiros anuais (%)	Moeda	31/12/2022	31/12/2021
Financiador							
Circulante							
Banco do Brasil S.A. - Variação 001	15/01/2038	TJLP + 3,4%	Real	5.722	5.919		
(-) Encargos a transcorrer	15/01/2038	TJLP + 3,4%	Real	(3.274)	(3.487)		
Banco do Brasil S.A. - Variação 002	15/01/2038	TJLP + 3,4%	Real	1.547	1.600		
(-) Encargos a transcorrer	15/01/2038	TJLP + 3,4%	Real	(885)	(943)		
				3.110	3.089		

Não Circulante							
Banco do Brasil S.A. - Variação 001	15/01/2038	TJLP + 3,4%	Real	57.190	62.473		
(-) Encargos a transcorrer	15/01/2038	TJLP + 3,4%	Real	(22.552)	(25.650)		
Banco do Brasil S.A. - Variação 002	15/01/2038	TJLP + 3,4%	Real	15.462	16.890		
(-) Encargos a transcorrer	15/01/2038	TJLP + 3,4%	Real	(6.097)	(6.934)		
				44.003	46.779		
				47.113	49.868		

Em 24 de dezembro de 2015, ocorreu a liberação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES com carência até janeiro de 2018, em 240 prestações mensais vencidas todos dia 15 e findas em 15 de janeiro de 2038. Os dados referentes aos encargos financeiros estão demonstrados a seguir. ¹ Taxa de juros de 3,4% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. ² Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder a 6% será capitalizado no dia 15 de cada mês da vigência do contrato e no seu vencimento ou liquidação, observado o disposto da Cláusula 9 do contrato; e ³ O Percentual ao ano acima da TJLP (remuneração), referido acima, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% ao ano, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas de exigibilidade dos juros. O contrato do BNDES tem como cláusula restritiva a aplicação dos recursos financeiros na obra da PCH. A garantia do contrato é através de fiança, no qual os acionistas da Companhia são os fiadores. **Condições restritivas financeiras (covenants):** Conforme cláusula 11 - Obrigações da Beneficiária, um dos principais covenants deste financiamento é a obrigação de manter o Índice Mínimo de Cobertura Anual do Serviço da Dívida (ICSD) igual ou superior a 1,20. A mensuração do cálculo é realizada com base nas informações registradas nas Demonstrações Financeiras anuais auditadas, apresentadas ao Agente Financeiro até 30 de abril do ano subsequente ao encerramento do exercício social. Além da condição do ICSD, o contrato de financiamento exige a constituição e manutenção de conta reserva dos serviços da dívida no valor equivalente a três vezes a última parcela de prestação vencida, incluindo principal e juros, classificada sob a rubrica Fundos vinculados no Balanço Patrimonial.

Geração de caixa da atividade	31/12/2022
(+) LAJIDA (EBITDA)	9.149
(-) Imposto de renda e contribuição social devido no exercício	(102)
	9.047
Serviço da dívida	
(+) Somatório dos 12 meses de Pagamento de Amortização de Principal	2.474
(+) Somatório dos 12 meses de Pagamento de Juros	5.034
	7.508
Índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD	1,20

EBITDA							
(+) Lucro Líquido							1.929
(+/-) Despesas (receita) financeira líquida							4.435
(+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais							656
(+) Depreciações e amortizações							2.151
(+/-) Outras Despesas (receitas) líquidas não operacionais							9.149

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é demonstrada da seguir:							
Financiador	31/12/2021	Juros	Correção	Amortização	Encargos pagos	31/12/2022	
Banco do Brasil S.A. - Variação 001	39.255	3.482	260	(1.947)	(3.964)	37.086	
Banco do Brasil S.A. - Variação 002	10.613	941	70	(527)	(1.070)	10.027	
	49.868	4.423	330	(2.474)	(5.034)	47.113	

A previsão de amortização do saldo em Empréstimos e Financiamentos é demonstrada da seguir:							
Financiador	2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2038	Total
Banco do Brasil S.A. - Variação 001	2.449	2.448	2.448	2.448	2.448	-	24.845
Banco do Brasil S.A. - Variação 002	662	662	662	662	662	6.717	10.027
	3.111	3.110	3.110	3.110	3.110	31.562	47.113

11. Outros passivos: A composição do saldo em outros passivos circulantes e não circulantes é demonstrada da seguir:							
Obrigações sociais e trabalhistas	31/12/2022	31/12/2021					
Folha de pagamento líquida	25	17					
Provisão de férias	40	18					
Tributos retidos na fonte	8	4					
	73	39					
Obrigações tributárias							
Imposto de renda	59	101					
Contribuição social	43	61					
PIS	7	12					
COFINS	35	57					
INSS e provisão de INSS sobre 13º salário e férias	19	10					
FGTS e provisão de FGTS sobre 13º salário e férias	6	4					
IRRF e CSRF	7	4					
	176	249					
Encargos setoriais							
TFSEE ¹	5	4					
	5	4					
Outros passivos							
Concessionárias e Permissionárias	-	14					
	-	14					

¹ A Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e regulamentada pelo Decreto nº 2.410, de 28 de novembro de 1997, a TFSEE constitui receita para custeio das atividades da ANEEL. A TFSEE é cobrada pela União, por meio da ANEEL, e, tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia deste Órgão Regulador. **12. Provisão para litígios:** A composição dos saldos em Provisão para Litígios é formada pelos seguintes valores:

		Probabilidade de perda	31/12/2022	31/12/2021
Natureza	Reclamante			
Trabalhistas Ex-funcionário	Provável	-	-	-
Trabalhistas Ex-funcionário	Provável	-	14	-
Trabalhistas Ex-funcionário	Provável	-	4	-

		Probabilidade de perda	31/12/2022	31/12/2021
Natureza	Reclamante			
Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia do Estado de Goiás	Provável	-	8	-
		-	26	

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados

DIGITAL BALANÇO pdf

Código do documento f1a86f9c-6620-4eab-9f03-5adae59a85a1



Assinaturas



Júlio Nasser Custódio dos Santos
diariodamanha@dm.com.br
Assinou como parte

Júlio Nasser Custódio dos Santos

Eventos do documento

21 Mar 2023, 20:47:20

Documento f1a86f9c-6620-4eab-9f03-5adae59a85a1 **criado** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email:diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2023-03-21T20:47:20-03:00

21 Mar 2023, 20:47:41

Assinaturas **iniciadas** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email: diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2023-03-21T20:47:41-03:00

21 Mar 2023, 20:47:46

JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS **Assinou como parte** (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3) - Email: diariodamanha@dm.com.br - IP: 189.73.250.32 (189-73-250-32.user3p.brasiltelecom.net.br porta: 14830) - Documento de identificação informado: 234.271.401-72 - DATE_ATOM: 2023-03-21T20:47:46-03:00

Hash do documento original

(SHA256):dfebe9d52b442a3f71478712dc38fb93177670939366efa6c289c9a7b71426dd

(SHA512):f60dead48918c3c1e40cec3ff675490d490494e5170445b477ebb344be11d534057b03a98e2a9c3389ca50e3bc659a5838142d22e21e0d29a3be68cbb83d5b59

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign